



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 19 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Batalha	2
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	
' Amazonas perdeu batalha do ICMS"	3
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO ' Amazonas perdeu batalha do ICMS" (continuação)	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Asiáticos respondem por 60%	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Entidades querem mais informações na nota fiscal	6
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Venda de carros e motos deve fechar novembro com queda acentuada	7
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Venda de carros e motos deve fechar novembro com queda acentuada (continuação)	8
ECONOMIA	

CAPA

Asiáticos detêm 61% da balança com o Amazonas

Mais de 60% das importações para abastecer o Amazonas neste ano têm origem no grupo de países asiáticos formados, principalmente, por China, Coreia do Sul e Japão. De acordo com os números da balança comercial divulgados pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), entre janeiro e outubro deste ano, os três países responderam por US\$ 7,21 bilhões,

61,25% do total de compras do Estado, que somou US\$ 11,77 bilhões no período. A cifra também é 11,43% maior frente a igual intervalo do ano passado, quando os gastos do Amazonas com os mesmos países foi de US\$ 6,47 bilhões. Só em outubro, do montante de US\$ 1,22 bilhão utilizado para compras no exterior, US\$ 826,06 milhões, ou seja, 67,71% foram direcionados para os países asiáticos. Sobre o mesmo mês do ano passado, a

quantia é 17,28% superior.

"Apesar dos esforços do governo federal para garantir a competitividade da indústria brasileira, no Amazonas, continuamos sendo impactados, e a expectativa é de que durante todo o próximo ano o PIM ainda enfrente sérios problemas de concorrência com a Ásia", avaliou o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.

Página A5

Batalha

Serafim diz que ICMS é caso perdido para o Estado

Para o ex-prefeito de Manaus e economista Serafim Corrêa, "o Amazonas já perdeu a batalha do ICMS", pois os governadores já fecharam questão em torno da alíquota interestadual em 4%, o que resultará em perdas irreparáveis para o Estado. Serafim descarta participar diretamente da nova administração de Artur Neto.

Página A3

"Amazonas perdeu batalha do ICMS"

Por J Taketomi

Para o ex-prefeito de Manaus e maior liderança do PSB no Estado, economista Serafim Corrêa, os governadores já fecharam questão em torno da alíquota do ICMS interestadual em 4%, o que resultará em perdas irreparáveis para o Estado do Amazonas. Ele critica a Sefaz e diz que o governador Omar Aziz "levou uma bola nas costas da Sefaz e está vendido nessa história". Serafim também fala de política ao *Jornal do Commercio* e descarta participar diretamente da nova administração Artur Neto em Manaus. Mas, observa que se Artur quiser, "os quadros do PSB estarão à disposição".

Jornal do Commercio – Como o senhor analisa, no presente cenário, a luta do Estado do Amazonas contra a unificação do ICMS, com a redução da alíquota para 4%, e a guerra fiscal de São Paulo contra a Zona Franca de Manaus?

Serafim Corrêa – Vejamos bem isso. São duas questões distintas. O Amazonas briga contra São Paulo e São Paulo briga contra o Amazonas. No que diz respeito ao ICMS, o Amazonas tem direito, de acordo com o artigo 15 da Lei Complementar nº 24/75, de conceder incentivos fiscais, é o único Estado que tem esse direito, e essa é uma briga que, eu tenho certeza, nós venceremos. Agora, vejamos o desdobramento da briga. O governo federal tomou a iniciativa de propor uma alíquota única de ICMS interestadual no percentual de 4%. Isso é ruim para o Amazonas por duas razões: primeiro porque diminui nossa capacidade para atrair novos investimentos e segundo é que a nossa arrecadação sofre prejuízo. Muito bem. O governador Omar Aziz foi a uma reunião em Brasília com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e manifestou a sua indignação, mas na última quarta-feira (14) o jornal O Globo estampou, através de

um de um de seus mais importantes columnistas, que os governadores já fecharam acordo com o governo federal. A alíquota vai ser 4%.

JC – E quanto é que o Amazonas perderá de fato com a alíquota do ICMS em 4%?

Serafim – Dizem os jornais que a Sefaz só vai calcular as perdas com exatidão daqui a mais alguns dias. Ora, nesse ritmo em que a coisa vai nós perdemos a batalha do ICMS. Não tem graça nenhuma a Sefaz levar dias e dias para fazer uma conta que está numa planilha na internet. Isso é brincadeira da Sefaz, e o governador está levando uma bola nas costas, está vendido nessa história.

JC – O governador fala em perdas da ordem de R\$ 6 bilhões/ano.

Serafim – Pois é. É preciso que a gente saiba se é 6, se é 10 ou se é 1 bilhão de reais. Eu lamento que a Sefaz esteja tão devagar num momento em que é necessário ter agilidade.

JC – A nossa bancada federal não ajudou em nada? Como o senhor analisa a mobilização da bancada nesse processo?

Serafim – Acho que aí não é só a questão da bancada federal. Nós temos que estar envolvidos, mas é óbvio que a bancada federal tem relevância e precisaria se empenhar mais no apoio ao governador, o que não vem acontecendo, o governador que não é apoiado pela própria Sefaz. A Sefaz leva um mês pra fazer uma conta que quem tiver um computador faz em um minuto. E eu vejo que falta mobilização de nossa parte, falta mobilização em nível de Estado. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, vai fazer uma grande mobilização em defesa das regras dos royalties do pré-sal em favor do Rio. Aqui, todo mundo acha que a briga do ICMS não interessa a ninguém, está tudo ao Deus dará.

JC – O governo federal diz que os Estados prejudicados com a redução da alíquota do ICMS serão contemplados com um Fundo de Compensação Regional. Dá para acreditar nesse Fundo depois de decepções com compensações do tipo Lei Kandir?

Serafim – A discussão hoje, conforme o jornal O Globo, diz respeito somente às regras do Fundo de Compensação, sobre quanto é o Fundo e quanto vai ser compensado. E aí como é que nós vamos reivindicar qualquer coisa do Fundo se nós não sabemos nem quanto perdemos com a nova alíquota do ICMS?

JC – Dá para acreditar nas compensações federais?

Serafim – Os Estados querem que tudo fique no papel. A Lei Kandir ficou num acordo que o governo federal vem empurrando com a barriga.

JC – Falando de política, como o senhor vê o PSB agora em nível nacional depois das eleições municipais de 2012?

Serafim – Foi bom o desempenho nacional e aqui em Manaus também foi bom, apesar de a gente entender que teria sido melhor se o PSB tivesse

"Amazonas perdeu batalha do ICMS" (continuação)

JC – O governo federal diz que os Estados prejudicados com a redução da alíquota do ICMS serão contemplados com um Fundo de Compensação Regional. Dá para acreditar nesse Fundo depois de decepções com compensações do tipo Lei Kandir?

Serafim – A discussão hoje, conforme o jornal O Globo, diz respeito somente às regras do Fundo de Compensação, sobre quanto é o Fundo e quanto vai ser compensado. E aí como é que nós vamos reivindicar qualquer coisa do Fundo se nós não sabemos nem quanto perdemos com a nova alíquota do ICMS?

JC – Dá para acreditar nas compensações federais?

Serafim – Os Estados querem que tudo fique no papel. A Lei Kandir ficou num acordo que o governo federal vem empurrando com a barriga.

JC – Falando de política, como o senhor vê o PSB agora em nível nacional depois das eleições municipais de 2012?

Serafim – Foi bom o desempenho nacional e aqui em Manaus também foi bom, apesar de a gente entender que teria sido melhor se o PSB tivesse

vencido diretamente a disputa majoritária. Não ganhamos, mas no segundo turno apoiamos o candidato Artur Virgílio Neto, do PSDB, e ele venceu. E nós consideramos que neste momento o Artur tem que ficar inteiramente livre para fazer as escolhas que achar mais conveniente para montar o seu governo, para construir sua estrutura técnico-administrativa, enfim, para ter governabilidade. Apoiamos o Artur e não reivindicamos nada. Queremos e torcemos na luta pelo sucesso do Artur.

JC – No segundo turno da eleição o senhor fez campanha para o Artur como se fosse para o próprio PSB. É estranho, portanto, o PSB não ter participado

direta no futuro governo Artur Neto. Todo mundo fala no Serafim Corrêa comandando as finanças municipais a partir de janeiro de 2013.

Serafim – Não, eu não vou ser secretário. Se for da conveniência da nova administração, nossos quadros estão à disposição de Artur Neto. Nós não impusemos nada, mas nossos quadros estão à disposição. Queremos o sucesso do novo prefeito, inclusive com o apoio da nossa bancada de vereadores na Câmara Municipal.

JC – Tendo em vista a performance nacional do PSB nas últimas eleições e o desempenho do Serafim em Manaus no pleito de Manaus já dá para pensar em 2014 com Serafim governador ou deputado federal?

Serafim – Vamos deixar 2014 para 2014, está tudo muito cedo. Estou ocupado, neste instante, com o fortalecimento do PSB no Amazonas. Elegemos dois prefeitos, inclusive o de Presidente Figueiredo, e 20 vereadores em todo o Estado. Eles vão desempenhar seu trabalho de acordo com as linhas traçadas pelo partido.

JC – O governador de Pernambuco, Eduardo

Campos, mostrou nas eleições de 2012 que o PSB pode ter candidato bastante forte à Presidência da República, pois o partido triunfou em capitais importantes, fechou praticamente o Norte e o Nordeste.

Serafim – O Eduardo Campos será presidente um dia, não sei se em 2014 ou se em 2018, mas ele tem 46 anos, é jovem e tem muita experiência acumulada. As relações dele com a presidente Dilma Rousseff são normais, jantaram juntos e conversaram logo após as eleições. Está tudo bem, e nos próximos dias 30 de novembro e 1º de dezembro nós nos encontraremos com ele para conversarmos.

JC – Como o senhor aconselharia agora o prefeito eleito Artur Neto para interligar imediatamente o Proama ao sistema de abastecimento de água de Manaus e resolver de uma vez a crise de água na cidade?

Serafim – Esse é um problema que, para ser solucionado, exige um amplo entendimento, entendimento reunindo a concessionária, empresa Manaus Ambiental, a prefeitura e o governo do Estado. Lamentavelmente, esse entendimento ainda não houve, e eu não estou aqui para fazer juízo de valor. Mas, torço para que esse entendimento aconteça agora com a presença do Artur e se possa avançar na busca da solução definitiva. Primeiro, tem que haver conversa, e isso haverá, pois o Artur é um diplomata, uma pessoa de diálogo.

Da parte do governador Omar Aziz, também acreditamos que haverá boa vontade, pois ele já manifestou isso. É preciso conversar, definir responsabilidades, ver o que falta fazer, quem vai fazer, quanto custará o que terá que ser feito e quem pagará a conta. Esse é o momento de um entendimento amplo, geral e irrestrito.



Foto: Walter Mendes

Asiáticos respondem por 60%

Mais de 60% das importações para abastecer o Amazonas este ano têm origem no grupo de países asiáticos formados, principalmente, por China, Coreia do Sul e Japão. De acordo com os números da balança comercial divulgados pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), entre janeiro e outubro deste ano, os três países responderam por US\$ 7,21 bilhões, 61,25% do total de compras do Estado que somou US\$ 11,77 bilhões no período.

A cifra também é 11,43% maior frente a igual intervalo do ano passado, quando os gastos do Amazonas com os mesmos países foi de US\$ 6,47 bilhões.

Só em outubro, do montante de US\$ 1,22 bilhão utilizado para compras no exterior, US\$ 826,06 milhões, ou seja, 67,71% foram direcionados para os países asiáticos. Sobre o mesmo mês do ano passado, a quantia é 17,28% superior.

"Apesar dos esforços do governo federal para garantir a competitividade da indústria brasileira, no Amazonas, continuamos sendo impactados e a expectativa é de que durante todo o próximo ano, o PIM ainda enfrente sérios problemas de concorrência com a Ásia", avaliou o presidente do



Condicionadores de ar split é um dos produtos que sofrem com a concorrência predatória no PIM

Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.

Segundo o presidente do Sinaees-AM (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Eletrônicos e Similares de Manaus), Celso Piacentini, a elevação da alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de 20% para 35% para produtos de linha branca importados, apesar de atingir outros itens, resolveu substancialmente o problema

dos condicionadores de ar do tipo split.

De acordo com os indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), entre janeiro e setembro de 2010, 443,82 mil unidades condensadoras para o chamado split system foram produzidos. No mesmo período do ano passado, apenas 76,87 mil foram fabricados, queda de 82,68%. Este ano, apesar de a retração ainda ser acentuada, foi um pouco menor (-60,72% com apenas 30,19 mil

unidades produzidas).

"Dojeito que estava, em pouco tempo, Manaus deixaria de fabricar o produto e com a ação, agora estamos em condições de reverter o quadro", contou Piacentini.

Já a concorrência dos insu- mos importados para a produção de motocicletas com os componentes nacionais não sofreu modificação. "Os fabricantes de componentes do setor de duas rodas do PIM são constantemente pressionados a reduzir

OUTROS PAÍSES

Janeiro - outubro de 2012

Taiwan: US\$ 569,74 milhões
Tailândia: US\$ 397,29 milhões
Malásia: US\$ 376,23 milhões
Hong Kong: US\$ 159,68 milhões

Total: US\$ 1,50 bi

o preço de seus produtos, mas a alta carga tributária continua sendo uma barreira para que eles cheguem se quer próximo aos preços oferecidos pelos asiáticos", diz Ailson Rezende.

Para ele, a situação só deve melhorar em 2015, quando a China, o principal 'oponente' da indústria brasileira, fará parte da OMC (Organização Mundial do Comércio).

"Em dois anos, a indústria chinesa deve começar a atender uma demanda interna de consumidores, como uma das regras para compor a OMC. O país possui mais de 1 bilhão de habitantes. Dessa forma, a tendência é que ele não consiga atender essa demanda e ainda conservar o modelo exportador agressivo de hoje. Será um alívio, mas até lá, a indústria amazonense vai ter que continuar 'segurando' a produtividade", ressaltou.

Dados

CHINA

Os números do Mdic apontam para um crescimento alarmante da entrada de produtos vindos da China nos últimos dez anos. Entre 2002 e 2011 - ano em que as importações da China somaram US\$ 4,18 bilhões -, o crescimento foi superior a 1000%.

Enquanto isso, segundo Celso Piacentini, os asiáticos devem acirrar ainda mais a competitividade. "O nosso custo, especialmente com a mão de obra, continua crescendo, e o desafio para o ano que vem, inclui além dos asiáticos a concorrência com os Estados Unidos e a Europa que devido à crise, escoam seus produtos com agressividade para o mercado nacional", alertou.

Entidades querem mais informações na nota fiscal

Por Tanair Maria

Associações Comerciais comemoram aprovação do projeto de lei que prevê discriminação de impostos nas notas fiscais. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no início da noite de terça-feira (13), em Brasília, o PL 1472/2007. O projeto de lei que prevê a discriminação dos impostos nas notas fiscais. Discutiram a matéria os deputados Pauderney Avelino (DEM-AM), Cesar Colnago (PSDB-ES) e Sibá Machado (PT-AC).

"Esta é uma vitória de todas as entidades que coletaram mais de 1,5 milhão de assinaturas em todo o país", segundo declarou Avelino, para o *Jornal do Comércio*. O parlamentar recebeu com entusiasmo a aprovação do projeto de lei, por se tratar de um momento histórico em que o país passa. A população deixará de pagar sem saber quais são os impostos incidentes nas mercadorias e serviços adquiridos. Dessa forma, vai começar a indagar e a cobrar o governo pela ausência do Poder Público

na saúde, segurança, educação e muito mais, em contra partida do volume de impostos arrecadados sobre os produtos e serviços comercializados. "Agora vai haver pressão da sociedade junto ao Poder Público. Espero que a presidente Dilma não vete este projeto de lei. Ele é um instrumento divisor de águas para a sociedade poder exercer seu direito de cidadania", defendeu o deputado da bancada do Amazonas na Câmara em Brasília.

O assessor de economia da Fecomercio (Federação do Comércio do Amazonas), José Fernando Pereira da Silva, diz que o principal ponto da democracia é a população saber quanto para de imposto, e que por isso aceita com otimismo este avanço da sociedade. "É ótimo que a real carga tributária fique clara, isso é importante. Num mundo civilizado todos sabem o que se cobra de imposto e onde são empregados. Nós não sabemos. Agora com a aprovação do projeto de lei a população e a sociedade de modo geral vão saber. O que é benéfico", afirmou o economista.

Para o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas) Ismael Bicharra, a intenção é boa, mas a operacionalização é muito difícil e complicada para ser aplicada em todas as operações de venda de produtos e serviços. "Na minha ótica é um trabalho a mais para os comerciantes. Nas notas fiscais constam os impostos em forma de percentual, e na área federal considero inaplicável. Até hoje, após seis anos as notas fiscais eletrônicas apresentam algum problema durante a emissão" alertou o empresário.

Em São Paulo as associações comerciais disponibilizaram software com programa de emissão de nota fiscal com o cálculo dos impostos discriminados, ao invés de embutidos no preço, em garantia ao cumprimento do PL 1472/2007. Também, já utilizam outras ferramentas para conscientizar a população acerca do excesso de impostos incidentes nos produtos e serviços, por exemplo, o impostômetro, o feirão do imposto e a calculadora do imposto.

"Estamos radiantes com a aprovação do Projeto de Lei

1472/2007 e confiantes na sanção da presidente Dilma Rousseff. Esta é uma vitória de todas as entidades que participaram da campanha 'De Olho no Imposto', em 2006. A aprovação do nosso projeto demonstra que somando forças podemos reverter crises, organizar ações e explorar melhor as oportunidades. Friso que não somos contra o pagamento de impostos, mas queremos que todos os brasileiros tenham consciência que são pagadores e não meros contribuintes. Por esta razão devemos exigir a contrapartida dos governos na prestação de serviços públicos de qualidade. Com muita ética e transparência, construímos, ajudamos a

crescer, representamos, informamos e formamos", comemorou o presidente da ACSP (Associação Comercial de São

Paulo) e da Facesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo), Rogério Amato.

Por dentro

SAIBA MAIS

Projeto de Lei 1472/2007, dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do artigo 6º e o inciso IV do artigo 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

A Ementa estabelece medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços, através do documento fiscal ou em painel eletrônico visível no ato da compra. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.

Venda de carros e motos deve fechar novembro com queda acentuada

TEXTO Felipe Carvalho
FOTO Jair Araújo

MANAUS

O ritmo de vendas de veículos e motos novas na primeira quinzena de novembro dá sinais de que o setor fechará o décimo primeiro mês do ano com queda, mesmo com todo o incentivo do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra dos automóveis.

A queda no ritmo de vendas foi maior entre os modelos do segmento comercial leve, como Saveiro, Strada e Ecosport, e as motos, cujo o volume de negociações fechadas está 60% abaixo no comparativo com novembro do ano anterior. Os números são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). “Esse mês está muito difícil. Novembro está ‘mais devagar’ que os meses anteriores, como setembro e outubro”, comentou a vendedora Meiry Jane, da Dafra Motos. Segundo ela, enquanto em novembro de 2011, a concessionária vendeu 137 unidades, este mês, nem 50 motos foram negociadas.

Conforme a Fenabrave, na primeira metade do mês, 799 motos novas foram vendidas no Amazonas. O número representa apenas 40% das 1.998 unidades vendidas no mesmo mês de 2011. As motos mais comercializadas pela Dafra este mês são a Riva 150 e a Apache, cada uma com seis unidades. No mesmo período, a Honda CG 150 despontou no ranking de vendas com 155 motos comercializadas, número também abaixo em relação aos meses passados. “Os bancos estão travando muito os financiamentos. Nós passamos quatro meses sem bater meta, só vendendo moto à vista ou por consórcio”, disse Meiry.

Ela contou que, para aprovar os financiamentos, os bancos estão exigindo um pagamento mínimo de 20% de entrada e que o cliente esteja há pelo me-



AJUDA
Governo ampliou para dezembro o prazo final da redução do IPI para autos

A restrição de crédito imposta pelos bancos **continua emperrando a** contratos de financiamento para motos e carros

nos seis meses com o nome limpo, sem restrição de crédito. “Estamos fazendo de tudo para vender, como dividir a entrada em boleto bancário, ou negociar prestações”, disse Meiry. A vendedora espera que, com a liberação da primeira parcela do décimo terceiro amanhã, mais clientes possam ir à concessionária para comprar unidades ou

dar lances em consórcios.

Sem aumento

Conforme a Fenabrave, 2.109 automóveis novos deixaram os pátios das concessionárias no Estado ao longo de novembro de 2011. Já nos primeiros quinze dias desse mês, 889 unidades foram vendidas. Entre os comerciais leves, a diferença

Venda de carros e motos deve fechar novembro com queda acentuada (continuação)

FRASE



Meiry Jane.
Vendedora da
Dafra Motos

Esse mês está muito difícil. Novembro está mais devagar que os meses anteriores, como setembro e outubro”

Ao falar do ritmo das vendas.

OS NÚMEROS

799

▼ **motos foram vendidas no Amazonas nos primeiros quinze dias de novembro**, conforme levantamento da Fenabrave.

889

▼ **automóveis foram comercializados** pelas concessionárias do Estado na primeira quinzena de novembro, segundo a Fenabrave.

abaixo do esperado. Com um total de 157 unidades vendidas até o dia 16, o gerente espera, ao menos, alcançar a marca de 321 carros emplacados em novembro do ano passado.

Para ele, a queda nas vendas este mês é um reflexo do adiamento do fim da redução do (IPI). “Geralmente, o último mês da prorrogação é que é mais movimentado. Esperamos que dezembro seja bem melhor”. Para isso, além da redução do IPI, Lima afirmou que a concessionária tem dado ofertado bônus no preço do veículo e barateou o preço dos kits com opcionais.

é ainda maior: 293 vendidos neste mês, contra 1.041, em novembro do ano passado.

Com 82 unidades vendidas nesta quinzena, o Fiat Palio é o carro mais vendido do mês.

O gerente de venda de veículos novos da Via Marconi, Antônio Carlos Lima, também afirmou que a saída de carros novos emplacados em novembro está